

ATA DE REUNIÃO
COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
PROAD 5295/2022

Data e horário: 12 de dez. de 2025 10:30 BRT

Local: VIRTUAL, via Google Meet



ATA DE REUNIÃO COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

PARTICIPANTES

Portarias GP.TRT4 nº 3.791/2022 e nº 6.801/2023

NOME DO INTEGRANTE OU CONVIDADO	DESIGNAÇÃO	PRESENÇA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Dr. João Paulo Lucena	Desembargador do Trabalho, Coordenador do Comitê	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dra. Cleusa Regina Halfen	Desembargadora do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dr. Marçal Henri dos Santos Figueiredo	Desembargador do Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Dra. Neusa Líbera Lodi	Juíza do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dra. Raquel Nenê Santos	Juíza do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dra. Luísa Rumi Steinbruch	Juíza do Trabalho, pela AMATRA IV	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dr. Luiz Antonio Colussi	Juiz do Trabalho, Vice-Diretor/Foro de Porto Alegre	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sr. Diogo de Seixas Grimberg	Secretário-Geral da Presidência	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Sr. João Luiz Peixoto da Silva	Diretor da Secretaria de Segurança Institucional	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sr. Renato André Peres	Assistente-Chefe da Seção de Inteligência e Monitoramento - SIM	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Unidade de apoio executivo: Secretaria de Segurança Institucional

Secretário: João Alberto Prestes Baptista, Técnico Judiciário.



ATA DE REUNIÃO

COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

PAUTA

A sexta reunião do ano foi iniciada às 10h30min do dia 12 de dezembro de 2025, sendo aberta pelo Desembargador Lucena, que, após cumprimentar os presentes, passou a palavra ao servidor Peixoto.

Assuntos gerais.

Assunto 1, Relato sobre o sistema AEGIS e o trabalho da Seção de Inteligência.

O **servidor Peixoto** cumprimentou os presentes, e apresentou o **servidor Renato André Peres**, Assistente-Chefe da Seção de Inteligência e Monitoramento, seção vinculada à Secretaria de Segurança Institucional, que, após cumprimentar os participantes, relatou o trabalho e os dados do sistema AEGIS, destacando a sua importância para a segurança em Porto Alegre, região metropolitana e interior. O servidor Renato explicou que o AEGIS realiza buscas nos CPFs registrados no PJe e os relaciona com mandados de prisão em aberto no Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP). Enfatizou a modernização e a proatividade que a ferramenta trouxe, uma vez que o volume de CPFs consultados, que superou 140 mil, seria inatingível manualmente. Informou que o código-fonte do sistema está sendo compartilhado com outros TRTs e com o TST, que demonstraram interesse; que o projeto começou em maio com varas de Porto Alegre e foi expandido para todo o estado do RS a partir de setembro. Adiantou que estão previstas modernizações para o ano seguinte, incluindo a automação completa do sistema, que emitirá alertas por e-mail. Desde maio, foram encontrados 73 mandados, resultando em 35 prisões efetuadas, referindo que a diferença se deve a alterações em agendamentos de audiências ou ao não comparecimento dos indivíduos. No tocante aos riscos, foram efetuadas, com o apoio da Polícia Civil, 8 prisões de grau 3 (maior periculosidade), antes da realização da audiência para evitar exposição a riscos. A **Juíza Luísa** perguntou sobre o uso do AEGIS em audiências



ATA DE REUNIÃO COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

online, levantando a hipótese de as partes solicitarem audiências online para evitar a prisão, e a **Juíza Raquel** citou o caso de Carazinho, onde o magistrado adiou a audiência para torná-la presencial, resultando na prisão de um devedor de pensão alimentícia. As Juízas sugeriram um *upgrade* para que o sistema monitore também audiências online/telepresenciais. A **Juíza Raquel** questionou a presença de veículos ostensivos em situações de cumprimento de mandados de prisão, o que comprometeria a operação pois os indivíduos deixariam de comparecer às audiências presenciais, e o **servidor Peixoto** esclareceu que existe esta orientação para que os veículos não sejam expostos, e que o ocorrido foi algo pontual, pelo grande número de equipes em missão em determinada época do ano. Ainda, complementou que o AEGIS impulsionou significativamente as ações do NEPE (Núcleo Especializado de Proteção e Escolta), sendo que, das 87 missões realizadas pelo NEPE este ano, 55 foram devido ao AEGIS, o que representa mais que o dobro das ações em anos anteriores (média de 30 missões anuais). O **Desembargador Lucena** ressaltou, também, a necessidade de dedicação integral para os agentes do NEPE devido ao aumento das ações impulsionadas pelo AEGIS. A **Juíza Neusa**, pelo chat, achou maravilhoso o trabalho do sistema AEGIS e ficou impressionada com as estatísticas.

Assunto 2, Reforço da proposta de provimento de cargos de Agentes da Polícia Judicial.

O **Desembargador Lucena** e o **servidor Peixoto**, ao tratar da maior dedicação do NEPE no contexto dos impactos do AEGIS, registraram que o Tribunal possui uma defasagem de 50 cargos de Agente da Polícia Judicial vagos, além de 32 em abono de permanência, com uma projeção de mais de 50 aposentados nos próximos 5 anos. Ressaltaram a necessidade de atuar junto à próxima Presidência para reforçar a recomposição da Polícia Judicial e o **Desembargador Lucena** mencionou o planejamento de um concurso para ingresso de servidores no próximo ano.



ATA DE REUNIÃO COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Assunto 3, Atualizações em temas da Segurança Institucional.

O **servidor Peixoto** informou que a Secretaria de Segurança está respondendo à segunda Pesquisa Diagnóstica da Segurança Institucional no âmbito da Justiça do Trabalho, do CSJT, um questionário extenso sobre a segurança institucional do Tribunal (cargos vagos, número de desembargadores e juízes, juízes ameaçados, estrutura no organograma, atividades do comitê, sistemas de CFTV e alarme, etc). Noticiou, também a aprovação do PL 2447/2022 no Senado Federal, que está aguardando sanção presidencial e eleva o cargo de Técnico Judiciário, especialidade Agente da Polícia Judicial, para o cargo estabelecido de Agente da Polícia Judicial, mudança amplamente comemorada pois confere mais legitimidade e reconhecimento à atividade da polícia judiciária. A **Desembargadora Cleusa** reconheceu a importância do projeto de lei e parabenizou a iniciativa. O **servidor Peixoto** registrou que o Tribunal inaugurou uma nova e “excepcional” sala de monitoramento, localizada onde antes ficava a Caixa Econômica Federal e convidou a todos a conhecê-la. O **Desembargador Lucena** destacou que não se trata apenas de um espaço novo, mas de um incremento de tecnologia, incluindo um investimento de 1 milhão de reais apenas em software. A Central monitora 1.200 câmeras em todo o estado e possui 18 monitores de 55 polegadas em estrutura videowall. Informou que essa tecnologia permitirá a agregação de ferramentas de inteligência artificial para reconhecimento de comportamentos suspeitos e a possibilidade de acionar alarmes à distância. O **Juiz Colussi** relatou que enfrentou uma situação de fraude em acordos trabalhistas, onde foram utilizadas falsificações grosseiras de seu nome e assinatura digital. O caso foi encaminhado para acompanhamento pela Secretaria de Segurança, e a investigação está tramitando na Polícia Federal.

Assuntos 4, Relatos sobre participação em eventos.

O **Desembargador Lucena** e a **Desembargadora Cleusa** relataram o

sucesso do Encontro de Integração de Segurança Institucional, realizado no final de novembro. O **Desembargador Lucena** esclareceu que o evento reuniu 13 instituições externas de segurança (Polícia Civil, Militar, Federal, PRF, Polícia Penal, Guarda Municipal, ABIN, Forças Armadas, entre outras) e 5 polícias judiciárias (dos cinco tribunais), com a abertura feita, junto com o Presidente Ricardo, pela Diretora do Departamento Nacional da Polícia Judicial do CNJ, Fernanda Portella Sampaio. Foi destacado que o evento proporcionou grande integração e troca de informações entre as instituições. O encontro agregou visibilidade institucional ao TRT4 e à Justiça do Trabalho, que agora está "plenamente integrada" a esses movimentos. O evento demonstrou um legado importante para a segurança do TRT4, que cresceu em prestígio no segmento. Foi sugerido que o encontro se replique anualmente, com o Tribunal de Justiça assumindo a incumbência no próximo ano. Relatou, também, a importância dos encontros entre os participantes, durante os intervalos, para troca de contatos e fortalecimento das redes. A **Juíza Raquel** relatou a realização da Roda de Conversa sobre Segurança Feminina no Judiciário e fora dele, realizada em novembro em Santa Rosa. O evento reuniu mais de 40 mulheres de diversas áreas, incluindo Justiça do Trabalho e Federal, Justiça Comum, Delegacia da Mulher, Brigada Militar (com a Tenente Coronel Vanessa), SUSEPE e Oficiais de Justiça. O evento incluiu conversas e práticas de defesa pessoal e alertas voltados ao universo feminino, especialmente no que se refere à segurança no deslocamento de e para o trabalho. Disse que a iniciativa da Justiça do Trabalho gerou muitos frutos em termos de contatos com órgãos de segurança. Há planos para a segunda edição no próximo ano, focada em práticas de segurança pessoal e direção defensiva.

Ao final, os membros agradeceram a participação ativa de todos no Comitê durante o ano, e reforçaram a importância da área de segurança na Instituição. O **Desembargador Lucena** encerrou a reunião às 11h30min.



ATA DE REUNIÃO

COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

DELIBERAÇÕES E RESULTADOS

- 1 - Deliberada** a necessidade de estudo pela área de Inteligência (AEGIS) para verificar a possibilidade de incluir a busca de mandados de prisão nos CPFs das partes com audiências marcadas na modalidade online/telepresencial.
- 2 - Deliberada a renovação** da orientação aos Agentes da Polícia Judicial (NEPE) para que adotem estratégias mais discretas no cumprimento de mandados de prisão em audiências presenciais, especialmente em cidades menores, para não comprometer a eficácia das operações.



**ATA DE REUNIÃO
COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

ENCAMINHAMENTOS E PENDÊNCIAS			
TAREFA	RESPONSÁVEL	PRAZO	OBSERVAÇÕES
Avaliação sobre a inclusão de audiências telepresenciais nas buscas de mandados pelo sistema AEGIS	Secretaria de Segurança Institucional		

Ata validada por e-mail pelos(as) participantes.